Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Notas explicativas às demosntrações Finaneiras

1. Contexto operacional

A 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. ("Companhia" ou "3R OG"), é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo sido constituída em 17 de junho de 2010. A sede da Companhia fica situada na Rua Visconde de Ouro Preto, 05, 6º andar, Botafogo, Rio de Janeiro. A 3R OG atua no setor de óleo e gás com foco em redesenvolvimento de campos maduros em produção localizados em terra (*onshore*) e em águas rasas (*shallow water*), detendo qualificação de Operador "A" perante a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP").

A Companhia tem por objeto social: (a) explorar, produzir e comercializar petróleo e seus derivados, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, incluindo, sem limitação, as bacias sedimentares brasileiras às quais a ANP tenha concedido licenças, bem como bacias sedimentares no exterior; (b) realizar a importação e exportação de petróleo e quaisquer derivados assim produzidos; e (c) participar de outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, que atuem em atividades relacionadas ao objeto social da Companhia.

Histórico de constituição da estrutura societária

A 3R Petroleum e Participações S.A. ("3R Petroleum") era uma sociedade anônima de capital fechado e como objeto social a participação e aquisição de novas empresas cuja atividade principal seja de exploração e produção de petróleo e gás natural com foco na revitalização de campos maduros. A Companhia foi constituída no ano de 2019 com o propósito de adquirir ativos que têm um histórico recente de baixo investimento e grande potencial de aumento de produção.

Em 05 de agosto de 2019, a 3R Petroleum passou a ser controlada pelo fundo de investimento 3R Petroleum Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP 3R"), cujo maior cotista é o Starboard Special Situations II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("SSSFII"), fundo gerido pela Starboard Asset Ltda. ("Starboard").

Em 10 de fevereiro de 2020, a 3R Petroleum recebeu um novo aporte de capital, com emissão de novas ações ordinárias, no montante total de R\$ 142.500, realizado pelo Esmeralda Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP Esmeralda"), que também é gerido pela Starboard, o qual passou a deter 36,56% do capital social da Companhia.

O controle da 3R Petroleum era detido pelo FIP 3R, cujo principal cotista era o SSSFII e pelo FIP Esmeralda. O FIP 3R, SSSFII e FIP Esmeralda são fundos de investimentos geridos pela Starboard.

Em 2019, a Ônix Petróleo e Gás Participações S.A. ("Ônix"), controlada da Starônix AG ("Starônix"), que por sua vez é controlada do SSSFII, iniciou o processo de aquisição de 100% do controle da 3R OG, que foi assinado em dezembro de 2019 e concluído em 18 de fevereiro de 2020. Em 30 de junho de 2020, conforme aprovado em Assembleia Geral de acionistas da 3R OG e nos termos do protocolo de incorporação, a Ônix, em processo de incorporação reversa, foi incorporada pela 3R OG, sendo extinta nesse ato. Desta forma a 3R OG passou a ser 100% controlada pela Starônix.

Em 03 de agosto de 2020, foram aprovadas as consultas formais pelos fundos de investimentos controladores da 3R Petroleum e da 3R OG, nas quais foi deliberada a autorização para implementar a reorganização societária, que consistiu na incorporação da 3R Petroleum pela 3R OG, após a aprovação pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") da Oferta Pública Inicial de Ações ("OPA").

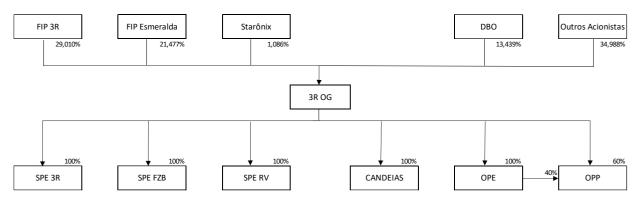
Em 9 de novembro, os acionistas da 3R OG e da 3R Petroleum aprovaram o protocolo e justificação da incorporação da 3R Petroleum pela 3R OG ("Incorporação"), nos termos dos artigos 224, 225, 226 e 227 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e da Instrução CVM nº 565/15 ("ICVM 565"). Na Incorporação, a 3R OG sucedeu todos os direitos e obrigações da 3R Petroleum. Após a Incorporação, os acionistas da 3R OG aprovaram um aumento de capital, por meio da emissão de novas ações, as quais foram integralmente subscritas pela DBO Energia S.A. ("DBO") e integralizadas mediante a conferência das ações detidas pela DBO no capital social da SPE 3R (roll up).

Em 10 de novembro de 2020, a CVM deferiu o registro de distribuição primária de ações ordinárias ("RRRP3"), mediante subscrição pública, de emissão de 3R OG, cuja emissão foi aprovada pela AGE de 31 de agosto de 2020, com valor total registrado de R\$ 690.000 e emissão de 32.857.143 ações ordinárias ao preço de R\$ 21,00 (vinte e um reais) cada.

Após a OPA o capital social da 3R OG ficou assim composto: FIP 3R, FIP Esmeralda, Starônix, DBO e outros acionistas (vide nota explicativa 27).

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

A 3R OG, por sua vez, detém 100% do capital social direto e indireto das seguintes sociedades: SPE 3R Petroleum S.A. ("SPE 3R"), SPE Fazenda Belém S.A. ("SPE FZB"), SPE Rio Ventura S.A. ("SPE RV"), OP Energia Ltda. ("OPE"), Candeias Óleo e Gás S.A. ("Candeias") e OP Pescada Óleo e Gás Ltda. ("OPP"). Em 31 de dezembro de 2020 a estrutura societária da 3R OG está apresentada abaixo:



3R OG

A Companhia é operadora com 100% de participação no bloco BAR-M-387, localizado na bacia de Barreirinhas, no Maranhão, adquirido na 11ª rodada de licitações da ANP, tendo pago R\$ 778 de bônus de assinatura. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia já havia cumprido 98% do Programa Exploratório Mínimo ("PEM") desse bloco.

SPE 3R (Polo Macau)

Em 29 de maio de 2020 a SPE 3R adquiriu os campos do Polo Macau pelo valor total de US\$ 191,1 milhões. O pagamento foi dividido em duas parcelas: a primeira de US\$ 48 milhões (25%), pagos na assinatura do contrato em 6 de agosto de 2019 e os remanescentes US\$ 143,1 milhões, abatidos da geração de caixa do ativo e demais condições de ajuste de preço, foram pagos após a aprovação da transferência da concessão pela ANP, em 29 de maio de 2020. O Polo Macau engloba os campos de Aratum, Macau, Serra, Salina Cristal, Lagoa Aroeira, Porto Carão e Sanhaçu. A Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") detinha 100% de participação em todas as concessões, com exceção da concessão de Sanhaçu, na qual era operadora com 50% de participação, enquanto os 50% restantes são da Petrogal Brasil S.A.. A produção média do Polo Macau de janeiro a dezembro de 2020 foi de aproximadamente 3.835 barris de óleo equivalente por dia ("boe/d"). A Companhia planeja produzir até 2052, de acordo com a expectativa de produção economicamente viável e corroborada pela renomada consultoria DeGolyer and MacNaughton em seu relatório de certificação de reservas.

SPE FZB (Polo Fazenda Belém)

Em 14 de agosto de 2020, a SPE FZB firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos campos terrestres (onshore) de Fazenda Belém e Icapuí, o Polo Fazenda Belém, na bacia Potiguar, no Ceará. O valor da aquisição é de US\$ 35,2 milhões. Desse montante, US\$ 8,8 milhões (equvalente a R\$ 48 milhões - veja nota explicativa 13) foram pagos no dia da assinatura em 14 de agosto de 2020 e outros US\$ 16,4 milhões serão quitados mediante fechamento da transação. Por fim, US\$ 10 milhões serão pagos em doze meses após a conclusão da transação. A produção média diária do Polo Fazenda Belém de janeiro a dezembro de 2020 foi de aproximadamente 776 boe/d. Assim como em Macau, há possibilidade de extensão dos prazos das concessões por 27 anos adicionais, o que será solicitado por meio de protocolo de um plano de desenvolvimento perante a ANP. A expectativa de *closing* dessa aquisição será no final de junho de 2021.

SPE RV (Polo Rio Ventura)

Em 21 de agosto de 2020 a SPE RV firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos 8 campos terrestres (onshore) de Água Grande, Bonsucesso , Fazenda Alto das Pedras, Pedrinhas, Pojuca, Rio Pojuca, Tapiranga e Tapiranga Norte, que constituem o Polo Rio Ventura, na bacia Recôncavo, na Bahia. O valor da aquisição é de US\$ 94,2 milhões, sendo (i) US\$ 3,8 milhões (equivalente a R\$ 21 milhões - veja nota explicativa 13) pagos no dia da assinatura, em 21 de agosto de 2020; (ii) US\$ 31,2 milhões no fechamento da transação; (iii) US\$ 16 milhões que serão pagos em trinta meses após o fechamento da transação; e (iv) US\$ 43,2 milhões em pagamentos contingentes previstos em contrato, atrelados à recuperação do preço de referência do óleo (Brent). Assim como nos demais polos, há possibilidade de extensão dos prazos das concessões por 27 anos adicionais, o que será solicitado por meio de protocolo de um plano de desenvolvimento perante a ANP. A produção média diária do Polo Rio

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Ventura de janeiro a dezembro de 2020 foi de aproximadamente 1.193 boe/d. Assim como nos demais polos, há possibilidade de extensão dos prazos das concessões por 27 anos adicionais, o que será solicitado por meio de protocolo de um plano de desenvolvimento perante a ANP. A expectativa de *closing* dessa aquisição será no final de maio de 2021.

Candeias (Polo Recôncavo)

A controlada Candeias (nova denominação de OP Energia Onshore S.A.) é operadora com 100% de participação no bloco PN-T-114, na bacia do Parnaíba, no Estado do Maranhão, adquirido na 11ª rodada de licitações da ANP, tendo pago R\$ 6.000 de bônus de assinatura e já cumprido 100% do PEM desse bloco. Em 24 de março de 2020, Candeias iniciou o processo de devolução desse contrato de concessão junto à ANP e aguarda aprovação.

Em 17 de dezembro de 2020, Candeias assinou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras em 14 campos terrestres de produção, denominados Polo Recôncavo, localizados no Estado da Bahia. O Polo Recôncavo compreende os campos terrestres de Aratu, Ilha de Bimbarra, Mapele, Massuí, Candeias, Cexis, Socorro, Dom João, Dom João Mar, Pariri, Socorro Extensão, São Domingos, Cambacica e Guanambi. Atualmente a Petrobras é operadora com 100% de participação nessas concessões, com exceção de Cambacica e Guanambi, em que possui participação majoritária de 75% (25% da Sonangol Hidrocarbonetos Brasil Ltda.) e 80% (20% da Sonangol Guanambi Exploração e Produção de Petroleo Ltda.), respectivamente. A produção média diária do Polo Recôncavo de janeiro a dezembro de 2020 foi de aproximadamente 5.089 boe/d. O valor total da transação é de US\$ 250 milhões, sendo (i) US\$ 10 milhões pagos em dezembro de 2020 (equivalente a R\$ 51 milhões - veja nota explicativa 13); e (ii) US\$ 240 milhões no fechamento da transação, ainda sujeito ao cumprimento de condições precedentes, tais como a aprovação pela ANP. A expectativa de *closing* dessa aquisição será no final de outubro de 2021.

OPP (Pescada e Arabaiana)

A OPP detém 35% de participação (*working interest*) nos campos de Pescada, Arabaiana e Dentão. Os campos de Pescada e Arabaiana localizam-se na plataforma continental do Estado do Rio Grande do Norte, na bacia Potiguar, estão em fase de produção e são operados pela Petrobras. A produção média diária dos campos de Pescada e Arabaiana de janeiro a dezembro de 2020 foi de aproximadamente 517 boe/d (35%). Os campos de Pescada e Arabaiana são produtores de gás e condensado. O campo de Dentão está inativo.

Em 09 de julho de 2020, por meio da controlada OPP, a Companhia firmou contrato para a aquisição dos outros 65% de participação (*working interest*) da Petrobras nos campos de Pescada, Arabaiana e Dentão. O valor de venda da transação foi de US\$ 1.500 milhão, a ser pago em duas parcelas, sendo US\$ 300 mil na assinatura do contrato e US\$ 1.200 milhão no fechamento da transação, sem considerar os ajustes acordados calculados a partir do *effective date* (1º de janeiro de 2020).

A transação também contempla um pagamento adicional a título de compartilhamento de custos de abandono de poços, dutos e plataformas, a ser pago pelo vendedor ao comprador, de acordo com parâmetros e cronograma previstos no acordo de descomissionamento entre as partes. A expectativa de *closing* dessa aquisição será no final de outubro de 2021.

OPE

Em 1º de Janeiro de 2013, a OPE assinou um *Assignment Agreement* com a Petrobras (operador), documento privado que transfere responsabilidades entre os particulares para a cessão da participação de 20% nos blocos exploratórios BM-CAL-312 e BM- CAL-372, blocos integrantes da área da concessão BM-CAL-12.

Em 2020, a Petrobras iniciou tratativas para devolver a concessão BM-CAL-12 para a ANP e pleitear junto à agência a exoneração do cumprimento do PEM e a consequente isenção da execução da garantia financeira, em função de impossibilidade de obtenção da respectiva licença ambiental para implementação das atividades necessárias. Considerando que a cessão da participação de 20% da OPE não foi protocolada na ANP, o Assignmet Agreement está em processo de aditivação com a Petrobras com vistas a refletir estas condições.

Em 20 de abril 2019 a OPE iniciou o processo de devolução do campo de Pinaúna junto à ANP, o qual ainda aguarda aprovação.

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada OPE detém 100% de participação nos campos de Pinaúna e Camarão, ambos em fase de desenvolvimento e pertencentes ao bloco BM-CAL-4.

O desenvolvimento do campo de Camarão é dependente de processo de unitização com a União, representada pela ANP, com o campo de Camarão Norte. O campo de Camarão Norte está localizado na região sul do bloco adjacente e seu reservatório se estende até o campo de Camarão, no antigo bloco BM-CAL-4, na bacia de Camamu-Almada.

Além desses ativos, em 31 de dezembro de 2020, a controlada OPE detém 30% dos blocos exploratórios POT-M-475 (bacia Potiguar) e CE-M-603 (bacia Ceará), da 11ª rodada de licitações da ANP, tendo cumprido 100% do PEM nesses blocos.

2. Relação de entidades controladas

Em 9 de novembro de 2020, a 3R Petroleum foi incorporada pela 3R OG, sendo assim extinta na incorporação. No ato da incorporação, o controle da 3R Petroleum e da 3R OG era detido pelo FIP 3R, cujo principal cotista é o SSSFII, e pelo FIP Esmeralda. O FIP 3R, SSSFII e FIP Esmeralda são fundos de investimentos controlados e administrados pela Starboard. Neste sentido, o controle total das duas sociedades era comum.

Na incorporação, a 3R OG sucedeu todos os direitos e obrigações da 3R Petroleum, que detinha participação nas controladas SPE 3R (67,29%), SPE FZB (100%) e SPE RV (100%). No ato da incorporação a DBO detinha 32,71% da SPE 3R e trocou sua participação na controlada por uma participação na 3R OG. Este movimento societário resultou num aporte de capital na Companhia no valor de R\$ 68.730 pela DBO que realizou um *roll up* da sua participação na SPE 3R passando a integrar o quadro societário da 3R OG.

Como resultado da reorganização societária, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a 3R OG detinha as seguintes participações societárias direta e indiretamente:

	2020	2019
SPE 3R	100%	-
SPE FZB	100%	-
SPE RV	100%	-
Candeias	100%	100%
OPE	100%	100%
OPP*	100%	100%
*OPE detém 40% do capital da OPP		

A 3R OG detém o controle sobre as controladas nos termos do CPC 36 (R3) estando exposta e tendo direitos sobre os retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com as controladas, tendo a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre as controladas (vide nota explicativa 7, item a).

3. Base de preparação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e são apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis a elaboração das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram autorizadas pela Administração em 16 de março de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente aquelas relacionadas a elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas subsidiárias com exceção da OPP. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A controlada OPP mantém o dólar norte-americano como moeda funcional.

5. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e as alterações são reconhecidas prospectivamente. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 15 Impairment
- Nota explicativa nº 23 Provisão de abandono
- Nota explicativa nº 25 Imposto de renda e contribuição social diferido

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um efeito significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 15 Imobilizado (depreciação e impairment)
- Nota explicativa nº 16 Intangível (amortização e impairment)
- Nota explicativa nº 23 Provisão para abandono (prazo do abandono, custo estimado e taxa de desconto)
- Nota explicativa nº 24 Provisão de contingências (probabilidade de perda das causas em aberto)
- Nota explicativa nº 25 Imposto de renda e contribuição social diferido (prazo de recuperabilidade)

6. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados pelo valor justo;

7. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

a) Base de consolidação

As informações financeiras das controladas estão incluídas nas informações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Os saldos e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos não realizados oriundos de transações com a controlada registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas controladas. Os resultados não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados dos ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução do valor recuperável.

Como descrito no histórico de constituição da estrutura societária da nota explicativa 1, a 3R Petroleum foi incorporada pela 3R OG em novembro de 2020. Como essa operação ocorreu sob controle comum, a Administração da Companhia optou pela apresentação da demonstração do resultado com os saldos consolidados da 3R OG e 3R Petroleum durante todo o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de forma a desconsiderar o efeito contábil da Incorporação registrada em 9 de novembro de 2020. Ou seja, os valores apresentados na coluna consolidada de 2020 apresentam os valores como se sempre tivessem sido consolidados. A tabela abaixo mostra o impacto:

	3R Petroleum de 18/02/2020 a 09/11/2020 (a)	3R OG de 01/01/2020 a 31/12/2020 (b)	3R OG apresentado em 31/12/2020 (a+b)
Receita líquida Custo dos produtos vendidos	120.469 (59.332)	83.785 (46.903)	204.254 (106.235)
Lucro bruto	61.137	36.882	98.019
Despesas gerais e administrativas Outras receitas / despesas operacionais	(35.557) (1.209) (36.766)	(23.981) (209.624) (233.605)	(59.538) (210.833) (270.371)
Resultado operacional	24.371	(196.723)	(172.352)
Resultado financeiro	(79.195)	(50.083)	(129.278)
Resultado antes dos tributos	(54.824)	(246.806)	(301.630)
Imposto de renda e contribuição social correntes Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.946	(6.229) 29.383	(6.229) 31.329
Prejuízo líquido do exercício	(52.878)	(223.652)	(276.530)
Prejuízo líquido atribuído: Proprietários da Companhia Participação de acionistas não controladores	(35.581) (17.297)	(223.652)	(259.233) (17.297)
Prejuízo líquido do exercício	(52.878)	(223.652)	(276.530)

b) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional de acordo com a taxa de câmbio naquela data. As diferenças encontradas são reconhecidas no resultado na linha de variação cambial. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Os ativos e passivos das controladas que possuem como moeda funcional o dólar americano são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de outros resultados abrangentes - ajustes acumulados de conversão

c) Caixa e equivalente de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem- se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

d) Caixa restrito

São depósitos mantidos com a finalidade de garantir compromissos de caixa de longo prazo e compõemse de aplicações financeiras com liquidez vinculada ao cumprimento de suas obrigações e risco insignificante de mudança de valor.

e) Contas a receber de terceiros

As contas a receber correspondem aos valores a receber originados da venda de óleo e gás fornecidos no curso normal das atividades das contraladas SPE 3R e OPP faturados e que não tenham sigo pagos. A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecedo um prazo máximo de pagamento de um e três meses para clientes individuais e corporativos, respectivamente.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social refere-se apenas ao imposto de renda e contribuição social corrente, com base no regime de tributação do lucro presumido da controlada OPP.

g) Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil:
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que fora decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

h) Ativos mantidos para venda

Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, quando existente, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis do Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

i) Investimentos

São registrados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação da controlada OPP, que possui moeda funcional distinta da controladora, são reconhecidas em outros resultados abrangentes, na conta de ajustes acumulados de conversão.

j) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e da provisão para redução ao seu valor recuperável, quando aplicável. A depreciação dos bens é calculada de acordo com o método linear ou pelo método das unidades produzidas para os ativos de óleo e gás.

Os gastos com exploração, avaliação e desenvolvimento da produção são contabilizados utilizando o método dos esforços bem-sucedidos (successful efforts method of accounting).

Custos incorridos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas geológicas e geofísicas são lançados ao resultado quando incorridos.

Os gastos com a exploração e avaliação diretamente associados ao poço exploratório são capitalizados como ativos de exploração e avaliação até que a perfuração do poço é completada e seus resultados avaliados. Esses custos incluem salários de empregados, materiais e combustíveis utilizados, custo com

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

aluguel de sonda e outros custos incorridos com terceiros.

Se reservas comerciais não são encontradas, o poço exploratório é baixado do resultado. Quando reservas são encontradas, o custo é mantido no ativo até que avaliações adicionais quanto à comercialidade da reserva de hidrocarbonetos, que podem incluir a perfuração de outros poços, sejam concluídas.

Os ativos exploratórios estão sujeitos a revisões técnicas, comerciais e financeiras pelo menos anualmente para confirmar a intenção da Administração de desenvolver e produzir hidrocarbonetos na área. Caso essa intenção não venha a ser confirmada, esses custos são baixados ao resultado. Quando são identificadas reservas provadas e o desenvolvimento é autorizado, os gastos exploratórios da área são transferidos para "Ativos de Óleo e Gás".

Na fase de desenvolvimento, as inversões para construção, instalação e infraestrutura (como plataforma, dutos e perfuração de poços de desenvolvimento, incluindo poços de delimitação ou poços de desenvolvimento malsucedidos) são capitalizados como "Ativos de Óleo e Gás".

Os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas de produção são estimados e registrados como parte dos custos desses ativos, em contrapartida à provisão que suportará tais gastos, tão logo exista uma obrigação legal ou construtiva de desmantelamento da área. Essa provisão é apresentada como ativo imobilizado em contrapartida ao passivo exigível a longo prazo. As estimativas dos custos com abandono são contabilizadas levando-se em conta o valor presente dessas obrigações, descontadas a taxa livre de risco ajustada pelo prêmio de risco país. As estimativas de custos com abandono são revistas anualmente ou quando há indicação de mudanças relevantes, com a consequente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos. A provisão é atualizada mensalmente em base pro-rata considerando-se a taxa de desconto livre de risco ajustada com a qual foi descontada em contrapartida a uma despesa financeira.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho e perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

<u>Depreciação</u>

Os "Ativos de Óleo e Gás", incluindo os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas e ativos que beneficiarão a totalidade da vida econômica útil do campo, como dutos de gás e óleo, são depreciados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no período e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas.

O ativo imobilizado, com exceção dos gastos exploratórios capitalizáveis mencionados acima, é depreciado pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Estes são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou, em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, de acordo com as taxas e critérios mencionados na nota explicativa 17.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados dos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são reunidos ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo. Estes ativos são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata (veja nota 15).

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida apenas na medida em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida.

k) Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (*impairment*), nos termos do que determina o Pronunciamento Técnico CPC 04.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

O ativo intangível correlato à aquisição do Polo Macau é amortizado pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no período e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas.

A amortização de softwares e licenças e estudos ambientais é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A vida útil estimada para esses bens é de 5 anos. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

I) Fornecedores

As contas a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor nominal e subsequentemente acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços.

m) Provisão de contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos com expectativa de "perda provável", com base na avaliação dos Administradores e assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos.

n) Provisão de abandono

A Companhia tem obrigações legais de remoção de equipamentos e restauração de áreas terrestres ou marítimas ao final do prazo de produção das reservas com base nas estimativas de volumes de reserva e curvas de produção estimadas. As estimativas de custos de futuras remoções e recuperações ambientais são realizadas com base nas informações atuais sobre custos e planos de recuperação esperados. Essas obrigações são reconhecidas a valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto livre de risco, ajustada pela taxa de prêmio risco-país. Em função dos longos períodos até a data de abandono, variações na taxa de desconto, por menor que sejam, podem ocasionar grandes variações no valor reconhecido. Os cálculos das referidas estimativas são complexos e envolvem julgamentos significativos, uma vez que: i) as obrigações ocorrerão no longo prazo; ii) que os contratos e regulamentações possuem descrições subjetivas das práticas de remoção e restauração e dos critérios a serem atendidos quando do momento da remoção e restauração efetivas; e iii) que as tecnologias e custos de remoção de ativos sofrem alterações constantemente, juntamente com as regulamentações ambientais e de segurança.

A natureza dos gastos inclui mobilização e desmobilização de sondas, serviços de tamponamento e abandono, restauração, reparo do ambiente, reflorestamento e outros serviços. A Companhia está constantemente conduzindo estudos para incorporar tecnologias e procedimentos de modo a otimizar as operações de abandono, considerando as melhores práticas da indústria. Contudo, os prazos e os valores dos fluxos de caixa futuros estão sujeitos a incertezas significativas.

o) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

p) Instrumentos financeiros

Um ativo ou passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Reconhecimento inicial

No reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos, exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo.

No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados a valor justo.

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Neste caso, um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Impairment de ativos financeiros

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo.

q) Receita líquida

Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 que estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços.

As receitas da Companhia são oriundas de vendas de óleo e gás. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida se: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de produtos puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento continuo com os produtos vendidos; e (v) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável. A receita é mensurada liquida de devoluções e descontos comerciais, quando aplicável.

A Companhia reconhece suas receitas quando (ou à medida que) satisfaz sua obrigação de desempenho, transferindo o bem ou serviço prometido ao cliente.

r) Resultado financeiro líquido

As receitas financeiras representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, descontos obtidos e atualizações monetárias de créditos ativos. São reconhecidas pelo regime de competência quando auferidas ou incorridas pela Companhia. As despesas financeiras representam despesas bancárias, atualizações monetárias de obrigações contratuais e juros sobre capital próprio com

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

respectivos encargos, quando proposto pela Companhia, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando incorridas.

s) Resultado líquido por ação

O resultado por ação básico / diluído é computado pela divisão do resultado líquido pela média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações mantidas em tesouraria no exercício.

t) Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

8. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas alteradas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Contratos onerosos custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)
- Reforma da taxa de juros de referência Fase 2 (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)
- Concessões de aluquel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3)
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1)
- IFRS 17 Contratos de Seguros

9. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os valores referem-se a:

	Controladora		Consolid	dado
- -	2020 2019		2020	2019
Caixa e bancos	70.799	3.832	101.999	63.573
Fundo de investimento cambial USD	185.943		185.943	- _
_	256.742	3.832	287.942	63.573

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

9.1 Aplicações financeiras

		Controladora			idado
	Indexadores	2020	2019	2020	2019
Fundo de investimento cambial Fundo de investimento - soberano de renda fixa	USD (Ptax)	298.038	-	298.038	-
referenciado DI	CDI	15.533		119.482	<u> </u>
		313.571		417.520	

As aplicações financeiras constituem-se em fundo de investimento cambial e soberano que estão disponíveis para negociação, podendo ser resgatados a qualquer momento sem perda significativa de valor para a Companhia.

9.2 Caixa restrito

	Contro	ladora	Consolidado		
	2020	2019	2020	2019	
Fiança bancária (a)	-	-	3.692	3.742	
Conta garantia (b)				15.450	
			3.692	19.192	

- (a) A controlada OPE contratou fiança bancária para garantir a suspensão de exigibilidade de débito perante a Fazenda Nacional relativa a contribuições patronais sociais. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo desta fiança bancária é de R\$ 3.692 (em 31 de dezembro de 2019, R\$ 3.742).
- (b) Em 28 de dezembro de 2017 a controlada OPE abriu conta garantia no valor de R\$ 12.125 para garantir obrigações durante processo de arbitragem. Em maio de 2020 devido não haver mais a necessidade de garantir essas obrigações, o valor foi liberado integralmente.

10. Contas a receber de terceiros

	Controla	ndora	Consolidado		
	2020	2019	2020	2019	
Venda de óleo (a)	-	-	40.665	2.489	
Venda de gás (a)	<u> </u>		4.006	1.047	
			44.671	3.536	

(a) Referem-se aos valores a receber da Petrobras pela venda da produção de óleo e gás dos campos de Pescada, Arabaiana (R\$ 4.063) e Polo Macau (R\$ 40.608), ambos no estado do Rio Grande do Norte. A produção de Pescada e Arabaiana é vendida em sua totalidade para a Petrobras, através da controlada OPP. A produção do Polo Macau é, igualmente vendida em sua totalidade para a Petrobras, através da controlada SPE 3R. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não existiam valores vencidos no contas a receber. A Administração avaliou a perda esperada e definiu não haver valor significativo de provisão a ser reconhecido.

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

11.Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar

	Contro	ladora	Conso	lidado
	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda retido na fonte Imposto de renda de pessoa jurídica e	1.676	1.183	2.440	6.484
contribuição Social sobre lucro líquido	1.272	-	12.482	106
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços Programa de integração social e contribuição para financiamento da	-	-	718	130
seguridade social	124	121	201	121
Outros	26		35	
	3.098	1.304	15.876	6.841
Ativo circulante	2.956	100	11.550	546
Ativo não circulante	142	1.204	4.326	6.295

O valor de R\$ 12.482 de IRPJ/CSLL a recuperar é composto por saldo negativo de IRPJ e base negativa da CSLL de anos de anteriores e antecipações do ano de 2020.

12. Ativo mantido para venda

_	Consolidado			
	2020	2019		
Campo Camarupim (a)	-	20.154		
Adiantamentos ao operador (a)	<u> </u>	5.840		
Ativo mantido para venda	-	25.994		
Valor a pagar ao operador	<u>-</u>	14.148		
Passivo mantido para venda	-	14.148		

(a) Em agosto de 2019 a Administração se comprometeu com a venda do campo de Camarupim de sua controlada OPE apresentando este campo como um 'ativo mantido para venda' em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 25.994). A venda ocorreu em maio de 2020. O valor da transação foi apurado considerando premissas embasadas em parâmetros de mercado, como o preço de petróleo e a taxa de desconto. As avaliações também consideram premissas do ativo validadas pela equipe técnica e financeira, como curva de produção, curva de investimentos, custos operacionais e royalties. O valor presente apurado do ativo no momento da negociação variava entre US\$ 4.000 (quatro milhões de dólares americanos) e US\$ 6.000 (seis milhões de dólares americanos). Tendo em vista o valor econômico justo apurado, a Companhia concordou em vender o ativo por um preço de US\$ 5.000 (cinco milhões de dólares americanos) e valores a receber da Petrobras pelos custos do campo de Camarupim (R\$ 5.840).

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

13. Adiantamento para cessão de blocos

	Control	adora	Consolidado		
	2020	2019	2020	2019	
OPP (a)	_	_	1.600	-	
SPE FZB (b)	-	-	48.009	-	
SPE RV (c)	-	-	20.689	-	
Candeias (d)	<u> </u>	<u>-</u>	50.968		
			121.266		

- (a) Em 09 de julho de 2020, a controlada OPP firmou contrato para a aquisição de 65% de participação (working interest) da Petrobras nos campos de Pescada, Arabaiana e Dentão. O valor de venda da transação foi de US\$ 1,5 milhões, a ser pago em duas parcelas, sendo US\$ 300 mil, equivalente à R\$ 1.600, na assinatura do contrato e US\$ 1,2 milhões, no fechamento da transação, conforme nota explicativa 1.
- (b) Em 14 de agosto de 2020, a controlada SPE FZB firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos campos terrestres (*onshore*) de Fazenda Belém e Icapuí, o Polo Fazenda Belém, na bacia Potiguar, no Ceará. O valor da aquisição é de US\$ 35,2 milhões. Desse montante, US\$ 8,8 milhões, equivalentes à R\$ 48.009, foram pagos no dia da assinatura e outros US\$ 16,4 milhões serão quitados mediante fechamento da transação. Por fim, US\$ 10 milhões serão pagos em doze meses após a conclusão da transação, conforme nota explicativa 1.
- (c) Em 21 de agosto de 2020 a controlada SPE RV firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos 8 campos terrestres (*onshore*) de Água Grande, Bonsucesso, Fazenda Alto das Pedras, Pedrinhas, Pojuca, Rio Pojuca, Tapiranga e Tapiranga Norte, que constituem o Polo Rio Ventura, na bacia Recôncavo, na Bahia. O valor da aquisição é de US\$ 94,2 milhões, sendo (i) US\$ 3,8 milhões pagos no dia da assinatura, equivalentes à R\$ 20.689; (ii) US\$ 31,2 milhões no fechamento da transação; (iii) US\$ 16 milhões que serão pagos em trinta meses após o fechamento da transação; e (iv) US\$ 43,2 milhões em pagamentos contingentes previstos em contrato, atrelados à recuperação do preço de referência do óleo (*Brent*), conforme nota explicativa 1.
- (d) Em 08 de dezembro de 2020 a controlada Candeias firmou contrato para a compra do Polo Recôncavo que compreende os campos terrestres de Aratu, Ilha de Bimbarra, Mapele, Massuí, Candeias, Cexis, Socorro, Dom João, Dom João Mar, Pariri, Socorro Extensão, São Domingos, Cambacica e Guanambi. O valor total da transação é de US\$ 250 milhões, sendo (i) US\$ 10 milhões pagos na presente data, equivalentes à R\$ 50.968; e (ii) US\$ 240 milhões no fechamento da transação, ainda sujeito ao cumprimento de condições precedentes, tais como a aprovação pela ANP, conforme nota explicativa 1

14.Investimentos

	_	Controla	dora
	Participação direta	2020	2019
OPE	100%	96.873	218.133
OPP	60%	55.864	69.708
Candeias	100%	50.596	37
SPE 3R	100%	233.267	-
SPE RV	100%	21.986	-
SPE FZB	100%	48.985	-
	_ =	507.571	287.878

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Movimentação dos saldos dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	OPE	OPP (*)	Candeias	OPENP (**)	SPE 3R	SPE RV	SPE FZB	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019	214.460	49.810	30.615	5	-	-		294.890
Aporte de capital	-	-	12.605	70	-	-	-	12.675
Baixa de investimento Resultado equivalência	-	-	-	(33)	-	-	-	(33)
patrimonial	(7.020)	17.751	(43.183)	(42)	-	-	-	(32.494)
Ajuste de conversão Saldo em 31 de dezembro	10.693	2.147						12.840
de 2019	218.133	69.708	37					287.878
Aporte de capital	6.000	-	51.034	-	-	-	-	57.034
Impacto da incorporação - 3R Participações Resultado equivalência	-	-	-	-	203.224	21.996	48.991	274.211
patrimonial Ajuste de conversão	(210.313) 83.053	(31.292) 17.448	(475)	-	30.043	(10)	(6)	(212.053) 100.501
Saldo em 31 de dezembro de 2020	96.873	55.864	50.596		233.267	21.986	48.985	507.571

Informações financeiras resumidas das controladas em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2019							
	Participação acionária	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Impacto da incorporação - 3R Petroleum	Resultado
OPE	100%	36.082	257.684	16.059	45.426	218.133	-	(7.020)
OPP	60%	35.386	101.907	3.607	63.978	69.708	-	17.709
Candeias	100%	418	-	381	-	37	-	(43.183)
		71.886	359.591	20.047	109.404	287.878		(32.494)

					2020			
	Participação acionária	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Impacto da incorporação 3R Petroleum	Resultado
OPE	100%	4.945	118.615	26.434	254	96.873	-	(210.313)
OPP(*)	60%	113.025	107.956	9.132	118.743	55.864	-	(31.292)
Candeias	100%	51.006	-	410	-	50.596	-	(475)
SPE 3R	100%	84.902	1.024.576	87.890	788.321	233.267	(52.861)	30.043
SPE RV	100%	21.988	-	1	-	21.986	(6)	(10)
SPE FZB	100%	48.986	-	-	-	48.985	(11)	(6)
		324.852	1.251.147	123.867	907.318	507.751	(52.878)	(212.053)

^(*) OPE detém 40% do capital da OPP

^(*) Considera a participação de 60% (**) OP Enchova e Pampo Óleo e Gás S.A.

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

15. Ativo imobilizado

Controladora

				Custo			
Campos	Saldos em 01 de janeiro de 2019	Adição	Baixa	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Adição	Baixa	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Imobilizado administrativo Outros	2.463 1.125	- 58	(378) (489)	2.085 694	3 62	(1.827)	261 756
	3.588	58_	(867)	2.779	65_	(1.827)	1.017
				Impairment			
Campos	Saldos em 01 de janeiro de 2019	Adição	Baixa	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Adição	Baixa	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Outros	(63)		63		<u> </u>	<u> </u>	
	(63)		63		<u>-</u>	<u>-</u>	
				Depreciação acumulada			
Campos	Saldos em 01 de janeiro de 2019	Adição	Baixa	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Adição	Baixa	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Imobilizado administrativo	(1.853)	(503)	379	(1.977)	(33)	1.828	(182)
	(1.853)	(503)	379	(1.977)	(33)	1.828	(182)
Saldo líquido do ativo imobilzado	1.672			802			835

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Consolidado

							Cust	o					
Campos	Saldos em 01 de janeiro de 2019	Adição	Baixa	Reversão	Ajuste de conversão	Transferência	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Adição	Constituição ARO - SPE 3R (*)	Baixa	Ajuste (**)	Ajuste de conversão	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Pescada e Arabaiana	728.834	8.593	(18.803)	_	1.582	_	720,206	1.422	-	(1.161)	_	32.511	752.978
Camarão	110.648	-	(143)	-	5.064	-	115.569	28	-	(1.516)	-	48.517	162.598
Polo Macau	-	-	-	-	-	-	_	16.299	135.411	(18)	24.906	-	176.599
Camarupim	653.259	-	-	-	-	(653.259)	-	-	-	-	-	-	-
Outros	187.551	58	(9.528)	-	3.613	-	181.694	963	-	(171)	-	17.096	199.582
Imobilizado administrativo	28.197	45	(494)	-	-	-	27.748	10	-	(8.945)	-	(10.866)	7.947
	1.708.489	8.696	(28.968)		10.259	(653.259)	1.045.217	18.722	135.411	(11.811)	24.906	87.258	1.299.704
							Impairment a	cumulado					
Campos	Saldos em 01 de janeiro de 2019	Adição	Baixa	Reversão	Ajuste de conversão	Transferência	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Adição	Constituição ARO - SPE 3R	Baixa	Ajuste	Ajuste de conversão	Saldos em 31 de dezembro de 2020
				-									
Pescada e Arabaiana	(226.729)	-	-	31.709	-	-	(195.020)	(46.130)	-	-	-	-	(241.150)
Camarão	-	-	-	-	-	-	-	(113.505)	-	-	-	-	(113.505)
Camarupim	(429.812)	-	-	18.799	-	411.013	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(165.017)	-	-	(453)	2.325	-	(163.145)	(7.120)	-	-	-	-	(170.265)
	(821.558)			50.055	2.325	411.013	(358.165)	(166.755)				-	(524.920)
							Depreciação a	acumulada					
Campos	Saldos em 01 de janeiro de 2019	Adição	Baixa	Reversão	Ajuste de conversão	Transferência	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Adição	Constituição ARO - SPE 3R	Baixa	Ajuste	Ajuste de conversão	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Pescada e Arabaiana	(407.437)	(6.036)	-	-	-	_	(413.473)	(3.108)	-	_	_	-	(416.581)
Polo Macau	-	-	-	-	-	-	-	(4.627)	-	-	-	-	(4.627)
Camarupim	(223.447)	-	-	-	-	223.447	-	. ,	-	-	-	-	-
Imobilizado administrativo	(9.832)	(1.229)	732	-	-	-	(10.329)	(365)	-	8.945	-	-	(1.749)
	(640.716)	(7.265)	732			223.447	(423.802)	(8.100)		8.945			(422.957)
Saldo liquido do ativo imobilzado	246.215						263,250						351.827

^(*) Constituição da provisão de abandono na SPE 3R, conforme nota explicativa 23, item a. (**) Refere-se a complemento da provisão de abandono na SPE 3R, conforme nota explicativa 23, item b.

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Os imobilizados administrativos compreendem os saldos de terrenos, móveis e utensílios, instalações, máquinas e equipamentos, veículos e equipamentos de informática. E as vidas úteis estão conforme descritos na nota explicativa nº 7, no item j.

OPP (Pescada e Arabaiana)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi efetuada uma reversão parcial do *impairment* no montante de R\$ 31.709 essencialmente devido ao menor custo operacional reportado pelo operador e a redução na taxa de desconto devido a: (i) uma menor taxa livre de risco, (ii) menor prêmio de risco do país, (iii) menor custo da dívida e (iv) a consideração de um prazo mais longo para a concessão, dado que o campo tem reservas para produzir por mais tempo, o que também foi verificado pela Gaffney Cline em seu relatório de 30 de junho de 2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi registrado *impairment* no montante de R\$ 46.130 para redução no valor recuperável do ativo essencialmente devido a redução da taxa de desconto para 7,59%.

OPE (Camarão)

O campo de Camarão está condicionado à unitização com o campo de Camarão Norte. Atualmente Camarão Norte é uma área da União e a ANP irá definir se colocará em oferta permanente ou se realizará a unitização diretamente com a OPE.

Avaliando as alternativas de monetização desse ativo a Administração apurou o valor em uso do ativo para o período findo em 31 de dezembro de 2020 e identificou a necessidade de realização de *impairment* no montante total de R\$ 113.505, considerando-se o período de 12 anos de produção a partir de 2023 à taxa de desconto de 7,59% a.a. Em 31 de dezembro de 2019 não houve a necessidade de realização de *impairment*.

OPE (Camarupim)

O processo de venda do ativo teve início em agosto de 2019 quando a transação foi assinada, no qual a Companhia vendeu sua participação de 24,32% para a Petrobras por um *consideration* de US\$ 5 milhões, em maio de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, os ativos já estavam classificados como não circulantes mantidos para venda. A venda ocorreu em maio de 2020 (vide nota explicativa 12).

SPE 3R (Polo Macau)

A controlada SPE 3R adquiriu 100% de participação em todas as concessões, com exceção da concessão de Sanhaçu, na qual adquiriu 50% de participação, enquanto os 50% restantes são da Petrogal. A Companhia elaborou uma avaliação da obrigação para desmobilização do ativo Polo Macau com as seguintes premissas: a estimativa de custos inicial associados ao abandono dos ativos no total de R\$ 343.420, período de 43 anos de produção à taxa de desconto de 5,03% a.a. A obrigação para desmobilização de ativos (provisão de abandono), está descrita na nota explicativa 23.

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

16.Intangível

Controladora

	Saldos em 01 de janeiro de 2019	Adição	Baixa	Amortização	Impairment	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Adição	Baixa	Amortização	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Software e licenças	212	4	_	(149)	-	67	_	-	(62)	5
Outros	2.354	-	(4.988)	-	3.412	778	-	-	-	778
	2.566	4	(4.988)	(149)	3.412	845	-	-	(62)	783
Custo	14.240	4	(4.988)	-	-	9.256	255	(204)	-	9.307
Impairment	(3.412)	-	-	-	3.412	-			-	-
Amortização	(8.262)	-	-	(149)	-	(8.411)	(255)	204	(62)	(8.524)

Consolidado

	Custo									
Campos	Saldos em 01 de janeiro de 2019	Adição	Baixa	Amortização	Impairment	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Adição	Baixa	Amortização	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Camarupim	-	-	(1.354)	-	1.354	-	-	-	-	-
Parnaiba Bloco BAR-M-387	26.227	-	(20.194)	-	(6.033)	-	-	-	-	-
(a)	778	-	-	-	-	778	-	-	-	778
Polo Macau (b)	-	-	-	-	-	-	861.880	-	(27.006)	834.874
Outros	1.576	-	(4.882)	-	3.306	-	-	-	-	-
Software e licenças	212	4		(149)		67			(61)	6_
	28.793	4	(26.430)	(149)	(1.373)	845	861.880		(27.067)	835.658
Custo	47.911	4	(37.470)	-	-	10.445	861.880	(204)	-	872.121
Impairment	(6.144)	-	-	-	(1.373)	(7.517)	-	-	-	(7.517)
Amortização	(12.974)	-	11.040	(149)	-	(2.083)	-	204	(27.067)	(28.946)

- (a) A Companhia pagou R\$ 778 de bônus de assinatura, conforme descrito na nota explicativa 1.
- (b) Em 28 de maio de 2020 a controlada SPE 3R concluiu a aquisição do Polo Macau pelo valor de US\$ 191.103. Conforme previsto no Contrato de Compra e Venda, a Petrobras apresentou no fechamento da transação o cálculo detalhado do ajuste de preço, apurado no período entre a data de vigência do contrato (data de assinatura), 01 de abril de 2019, até a data fechamento da transação na conclusão do processo de cessão da ANP. Este ajuste contempla (i) a subtração da geração de caixa do ativo do Polo Macau, corrigida diariamente pelo índice CDI e (ii) a adição de juros de Libor mais 6% ao ano sobre o saldo devido à Petrobras. Considerando as parcelas pagas à Petrobras no signing e no closing do Contrato de Compra e Venda do Polo Macau (Sales and Purchase Agreement, SPA), o valor da transação totalizou R\$ 861.880. Em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia realizou teste de impairment e não identificou necessidade realizar provisão de impairment. O teste utilizou a metodologia de valor em uso, onde a Companhia considerou suas diferentes unidades geradoras de caixa, e aplicou a preparou um fluxo de caixa descontado com base na vida útil dos ativos pelas curvas de produção determinadas pela Administração e embasadas nos volumes de reservas de petróleo e gás natural estimados.

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

17. Valores a pagar ao operador

	Control	adora	Consolidado			
	2020	2019	2020	2019		
Petrobras	1.676	1.697	896	2.678		
	1.676	1.697	896	2.678		

Valores a pagar ao operador incorridos nos blocos referentes a serviços e insumos que foram adquiridos no curso normal dos negócios (Pescada e Arabaiana, REC-T-194, REC-T-208, REC-T-225, REC-T-239, REC-T-240, REC-T-253 e REC-T-254). Os blocos com prefixo "REC" são blocos da 3R OG na bacia do Recôncavo.

O operador aprova um orçamento anual que é compartilhado com os parceiros, sendo os valores cobrados mensalmente. O saldo em aberto refere-se a valores em discussão pela Companhia.

18. Debêntures

Debêntures na controlada SPE 3R

Emissão de debêntures, de acordo com a Escritura da Segunda Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações, simples, da espécie com Garantia Real, em Série Única com as seguintes características ("Debêntures BTG"):

Debenturista – Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Valor total da emissão - R\$ 708.071

Quantidade - 708.071

Valor unitário - R\$ 1.000 (um mil reais) na data da emissão

Emissão - 27 de maio de 2020

Vencimento - 27 de abril de 2025

Pagamento de juros – Trimestral e mensal a partir do 25º mês

Garantia – alienação fiduciária de ações, alienação fiduciária de recebíveis, penhor de direitos decorrentes de contratos de concessão e penhor sobre produção de petróleo e gás

Amortização Antecipada – após o 24° mês da emissão, a empresa pode amortizar o valor em aberto de maneira total ou parcial

Remuneração - O valor nominal será objeto de correção monetária pelo valor da cotação de fechamento, para venda do dólar norte-americano divulgada pelo Banco Central do Brasil. Os juros sobre o valor nominal atualizado serão cobrados a uma taxa de 15,00% ao ano.

	Controla	ndora	Consolid	dado
	2020	2019	2020	2019
Ingressos	-	-	707.209	-
Juros apropriados	-	-	61.655	-
Juros pagos	-	-	(61.107)	-
Atualização monetária	-	-	(22.945)	-
Custos de transação	<u> </u>	<u> </u>	(52.027)	
	<u> </u>	<u> </u>	632.785	
Passivo circulante	-	-	9.566	-
Passivo não circulante	-	-	623.219	-

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Composição dos custos de transação incorridos:

_	Control	adora	Consolidado		
_	2020	2019	2020	2019	
Comissão de reservas	-	-	(57.718)	-	
Despesas com emissão	-	-	(551)	-	
Despesas de liquidação	-	-	(630)	-	
Custos de transação	-	-	(58.899)	_	
Custos apropriados	-	-	6.872	-	
Total	<u>-</u>		(52.027)	_	

A conciliação da movimentação patrimonial das debêntures está demonstrada abaixo:

_	Contro	olada	Consolidado		
_	2020	2019	2020	2019	
Saldo inicial	-	-	-	-	
Emissão de Debêntures BTG	-	-	707.209	-	
Desembolsos de custos de transação	-	-	(58.899)	-	
Custos de transação apropriados	-	-	6.872	-	
Juros apropriados	-	-	61.655	-	
Juros pagos	-	-	(61.107)	-	
Atualização monetária		<u> </u>	(22.945)	-	
Saldo final	<u>-</u>		632.785		

19.Fornecedores

_	Controla	idora	Consolidado		
_	2020	2019	2020	2019	
Fornecedor nacional (a)	1.581	148	22.300	778	
Fornecedor estrangeiro _	<u>-</u>	<u> </u>	145		
Total	1.581	148	22.445	778	

(a) Aumento referente ao início das operações do Polo Macau. Os principais saldos estão relacionados aos serviços de operação, serviços de tratamento de petróleo bruto, energia elétrica e equipamentos.

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

20. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recolher

_	Controladora		Consolidado		
_	2020	2019	2020	2019	
Programa de integração social e contribuição para financiamento da seguridade social Imposto de renda de pessoa jurídica e	265	6	3.100	438	
contribuição Social sobre lucro líquido Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços (ICMS)	-	-	1.849 13.721	620 653	
Imposto de renda retido na fonte	770	74	5.773	133	
Outros	93		703	15	
_	1.128	80	25.146	1.859	

21. Outras obrigações

_	Controla	dora	Consolidado		
	2020	2019	2020	2019	
Obrigações com terceiros (a)	1.783	-	9.428	8.276	
Obrigações ex-controlador (b)	-	-	-	6.796	
Outros (c)	81	11_	15.494		
	1.864	11	24.922	15.072	
Circulante	81	11	15.494	15.072	
Não circulante	1.783	-	9.428	-	

- (a) Refere-se a serviços de assessoria financeira da Guanxi Participações S.A. (R\$ 1.784) e obrigação referente a carta fiança do projeto BM-CAL-372 (R\$ 7.645).
- (b) Obrigações derivadas do contrato de compra e venda da 3R OG liquidadas em janeiro de 2020 (R\$ 6.797).
- (c) Trata-se principalmente de obrigação de fazer relativa ao acordo extrajudicial, cujo objeto foi o encerramento de ação judicial nº 0179509-24.2016.8.19.0001, assinado pela OPE em 25 de agosto de 2020. Através do referido acordo a OPE cedeu de forma irrevogável 100% dos direitos da Fazenda Pinaúna para as autoras da ação (R\$ 15.000), conforme nota explicativa 32 (d).

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

22. Transações com partes relacionadas

As movimentações de saldos de empréstimos com partes relacionadas, a pagar e a receber, da controladora e lucros ou perdas associadas foram como segue:

Contas a pagar

	3ROG	OPE	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019	-	-	-
OPP	-	41.526	41.526
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	41.526	41.526
OPP SPE 3R	- 517	(41.526) -	(41.526) 517
Saldos em 31 de dezembro de 2020	517	<u>-</u>	517
Contas a receber	2000	ODE	Tatal
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3ROG -	OPE	Total
SPE 3R	645	-	645
Saldos em 31 de dezembro de 2020	645		645

Remuneração pessoal chave

De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76 e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

A Companhia é dirigida por um Conselho de Administração composto por, no mínimo 5 e no máximo 11 membros todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral com mandato unificado de 2 anos e uma Diretoria eleita pelo Conselho de Administração compostos por, no mínimo 3 e no máximo 7 membros, sendo um diretor presidente, um diretor de relações com investidores, um diretor financeiro e os demais sem designação específica. A remuneração total anual dos membros do Conselho de Administração e Diretoria estão no quadro a seguir:

	2020	2019
Remuneração e benefícios	31.044	3.918
Encargos sociais	5.427	1.212
Total	36.471	5.130

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia era administrada por uma diretoria composta por 4 diretores, durante o ano de 2020 em decorrência da reorganização societária e aquisição de novos ativos o quadro de administradores da Companhia passou a ser composto por 9 diretores.

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

23. Provisão para abandono

Os valores de abandono são mensurados pelo prazo de concessão do projeto são trazidos à valor presente para fins de reconhecimento inicial. O passivo de abandono é atualizado anualmente ou quando exista alguma evidência objetiva que seu valor possa estar materialmente inadequado. As revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e os efeitos da passagem do tempo (denominado como reversão do desconto) no modelo de apuração da obrigação futura são alocadas diretamente no resultado do exercício (resultado financeiro líquido).

A movimentação do saldo da provisão para abandono está demonstrada a seguir:

_	Controladora		Consolid	ado
_	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	-	-	106.630	121.780
Constituição provisão - SPE 3R (a)	-	-	135.411	-
Revisão de premissas - OPP (b)	-	-	(21.486)	(15.667)
Revisão de premissas - SPE 3R (c)	-	-	24.906	-
Reversão de provisão - OPP	-	-	-	(737)
Atualização da provisão do abandono	-	-	6.535	14.932
Ajuste de conversão	-	-	30.845	(13.678)
Saldo final		-	282.841	106.630

- (a) Este valor refere-se a estimativa de custos inicial associados ao abandono dos ativos no final das operações em 2052, incluindo o valor total de R\$ 68.857 a ser reembolsado pela Petrobras à Companhia como compartilhamento do custo de descomissionamento de determinados poços e plataformas.
- (b) A provisão de abandono de Pescada e Arabaiana tem o prazo final estimado das operações em 2046. Em 31 de dezembro de 2020 a taxa de desconto foi revisada para 4,34% a.a. em 31 de dezembro 2019, era 4,06% a.a. e a estimativa de custo corrigida pela inflação. As demais premissas da provisão de abandono foram mantidas.
- (c) A provisão de abandono do Polo Macau teve a taxa de desconto revisada de 5,73% a.a. em 28 de maio de 2020 data esta de início das operações do Polo Macau, para 5,03% a.a. em 31 de dezembro de 2020 e a estimativa de custo corrigida pela inflação. As demais premissas da provisão de abandono foram mantidas.

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

24. Provisão de contingências

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em ações judiciais de naturezas cíveis, fiscais e trabalhistas. Com base no parecer de seus consultores jurídicos internos e externos, a Administração considera a provisão para perdas registradas suficiente para cobrir as perdas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

<u>-</u>	Controla	ıdora	Consolid	dado
-	2020	2019	2020	2019
Trabalhista	706	1.417	706	1.417
Cível _	<u> </u>		254	
=	706	1.417	960	1.417

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas são objeto de ações tributárias, trabalhistas e cíveis cujas probabilidades de perda são avaliadas como possíveis pela Administração e seus consultores jurídicos pelo valor aproximado de R\$ 53.298 (R\$ 222.888 em 31 de dezembro de 2019).

A redução do montante divulgado em 31 de dezembro de 2020 comparado a 31 de dezembro de 2019, refere-se a um acordo extrajudicial celebrado entre as partes envolvidas para o encerramento da ação judicial nº 0179509-24.2016.8.19.0001, o qual foi apresentado ao juízo competente em 2 de setembro de 2020 e homologado em 28 de setembro de 2020. O referido acordo contempla o pagamento do valor de R\$ 500, o qual foi realizado no dia 10 de novembro de 2020 e uma dação em pagamento da Fazenda Pinaúna, registrada no imobilizado e em outras obrigações no balanço patrimonial da OPE (vide nota explicativa 21 (c)).

Abaixo os montantes envolvidos com probabilidade de perda possível, suportado pela avaliação dos assessores jurídicos externos:

	2020	2019
Cível	940	203.607
Trabalhista	10.238	1.976
Tributária (a)	41.658	17.305
Outros	462	
_	53.298	222.888

(a) A Companhia é ainda parte passiva em processo administrativo da Fazenda Nacional contra a OPE, cujo objeto é a lavratura de 11 autos de infração por suposta omissão de receitas de aplicação financeira no cálculo de IRPJ e CSLL, decorrente de fatos geradores dos períodos de outubro de 2001 à julho de 2003, no valor de R\$ 33.053 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 32.630 em 31 de dezembro de 2019). Ainda, a Companhia é parte passiva em processo administrativo da Fazenda Nacional contra a OPP, no valor de R\$ 4.970 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 4.853 em 31 de dezembro de 2019) referente a auto de infração lavrado em decorrência de glosa da dedutibilidade de despesas operacionais sob o fundamento de que a controlada não teria apresentado documentação idônea para tais despesas.

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

25. Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto diferido ativo constituído em 2019 é resultante de 34% da base de diferenças temporárias dedutíveis no valor de R\$ 1.184 somado a R\$ 5.175, constituído a partir da base de prejuízo fiscal da Companhia e respeitando o limite de 30% do lucro tributável por ano e a constituição desse saldo está atrelada a expectativa de lucros futuros para utilização.

Ainda em 2019 o imposto diferido passivo representa a obrigação futura sobre a diferença temporária gerada pelo ganho na compra vantajosa da OP Pescada e OP Energia e parcela do imposto ativo resultante de diferenças temporárias e prejuízo fiscal. No exercício de 2020 a Administração reviu seu planejamento estratégico concluindo que não há mais o interesse da alienação do ativo em questão, por tanto o saldo de imposto de renda diferido passivo relacionado a esta operação foi integralmente baixado.

O imposto diferido ativo constituído em 31 de dezembro de 2020, é resultante de 34% da base de diferenças temporárias dedutíveis no valor de R\$ 16.489, constituído a partir da base de prejuízo fiscal da Companhia e respeitando o limite de 30% do lucro tributável por ano e a constituição desse saldo está atrelada a expectativa de lucros futuros para utilização. A expectativa de utilização deste imposto diferido é para o ano de 2021.

Os ativos fiscais diferidos e passivo compõem-se de:

	Controladora		Cons	olidado
	2020	2019	2020	2019
Ativos diferidos sobre diferença temporária	-	1.184	16.489	1.184
Ativos diferidos sobre prejuízo fiscal Ganho de compra vantajosa - Investimento	-	5.175	-	5.175
(deságio)		(21.199)		(21.199)
		(14.840)	16.489	(14.840)

Conforme nota explicativa 1, a Companhia está em processo de aquisição dos restantes 65% de *working interest* de Pescada e Arabaiana não tendo interesse em realizar a alienação deste ativo. Portanto, o saldo de imposto de renda diferido passivo relacionado a esta operação foi integralmente baixado em 31 de outubro de 2020.

A Companhia e suas controladas possuem créditos tributários fiscais a compensar com lucros tributários futuros e não contabilizados no montante de R\$ 347.764 a título de prejuízo fiscal por não ser possível afirmar que sua realização é presentemente considerada provável.

No momento em que o modelo financeiro adotado no plano geral de negócio aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia demonstrar que seus créditos tributários diferidos decorrentes dos prejuízos para fins de imposto de renda e da base negativa da contribuição social e adições temporárias apresentarem sua provável realização, a Companhia e suas controladas efetuarão a contabilização destes créditos fiscais.

	3ROG	OPE	Candeias	Total
Prejuízo fiscal e Base negativa	139.097	808.215	74.994	1.022.306
Imposto de renda 25%	34.774	202.054	18.749	255.576
Contribuição social 9%	12.519	72.739	6.749	92.008
	47.293	274.793	25.498	347.764

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Nos termos do contrato de compra e venda assinado entre o atual e o antigo controlador, caso a Companhia venha a aproveitar-se dos prejuízos fiscais acima descritos, o antigo controlador, poderá fazer jus, à título de *earn-out* (pagamento contingente) ao valor equivalente de até 30% do benefício auferido pela 3R OG em decorrência de sua utilização.

Valores reconhecidos no resultado

	Controladora		Consolid	ado
_	2020	2019	2020	2019
Despesa com imposto de renda e contribuição social corrente	_	_	(6.229)	(2.858)
Despesas do exercício corrente	-	-	(6.229)	(2.858)
Despesa com imposto de renda e contribuição social diferido	14.840	(977)	31.329	(977)
Diferenças temporárias Prejuízo fiscal de exercício	19.801	3	29.190	3
anteriores	(4.961)	(980)	2.139	(980)
Total de despesas tributárias	14.840	(977)	25.100	(3.835)

Conciliação da alíquota de imposto efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais vigentes e a despesa de imposto de renda e de contribuição social apurada no resultado é demonstrada como se segue:

_	Controlado	ora	Consolida	do
	2020	2019	2020	2019
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social Alíquota fiscal vigente	(238.492) 34%	(30.989) 34%	(301.630) 34%	(28.131) 34%
Imposto de renda e contribuição social calculados pelas alíquotas efetivas	81.087	10.536	102.554	9.565
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo	(66.247)	(11.513)	(77.454)	(13.400)
Adições permanentes	(167)	20.981	(12.486)	(10.542)
Impacto de alíquota diferencial no modelo de lucro presumido de controlada Equivalência patrimonial	- (72.098)	- (32.494)	(5.847)	(2.858)
Diferenças temporárias para as quais não foi constituído ativo fiscal diferido Constituição / baixa IR/CS diferidos anos anteriores	512 14.840	- -	6.220 16.979	-
Prejuízo fiscal do exercício para o qual não foi constituído ativo diferido	(9.334)	<u> </u>	(82.320)	
Imposto de renda e contribuição social diferido no exercício	14.840	(977)	25.100	(3.835)
Imposto de renda e contribuição social correntes Imposto de renda e contribuição social diferidos	- 14.840	- (977)	(6.229) 31.329	(2.858) (977)
Alíquota efetiva	6%	-3%	8%	-14%

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Conciliação da alíquota de imposto efetiva de Pescada (Lucro Presumido):

	2020	2019
Receita bruta	50.645	44.500
Base de cálculo (8%)	4.052	3.560
Outras receitas	12.681	4.448
Total da base de cálculo	16.733	8.008
IRPJ apurado (15%)	2.510	1.201
Adicional (10%)	1.649	777
Total de Imposto de Renda	4.159	1.978
Receita bruta	50.645	44.500
Base de cálculo (12%)	6.077	5.340
Outras receitas	12.681	4.448
Total da base de cálculo	18.758	9.788
Total da CSLL (9%)	1.688	880
Total IRPJ/CSLL no exercício	5.847	2.858

26. Arrendamentos

Direito de uso - Ativo

	Controladora	Consolidado
	Imóveis	Imóveis
Saldos em 01 de janeiro de 2019	-	-
Adições de arrendamentos	2.205	2.205
Depreciação	(551)	(551)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.654	1.654
	(4-)	(44-)
Depreciação	(47)	(415)
Transferência para SPE 3R	(1.607)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.239

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possui contrato de locação do escritório da sede, sendo o principal contrato de arrendamento referente ao aluguel do escritório, com prazo de 48 meses. O valor reconhecido foi mensurado descontando os pagamentos mínimos contratuais restantes ao valor presente, utilizando a taxa de desconto média de 10,15 %.

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Arrendamentos - Passivo

	Controladora	Consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2019	-	-
Adições de arrendamentos Pagamentos de arrendamentos Juros reconhecidos no resultado do exercício	2.205 (629) 32	2.205 (629) 32
Saldos de 31 de dezembro de 2019	1.608	1.608
Pagamentos de arrendamentos Juros reconhecidos no resultado do exercício Transferência para SPE 3R	(56) 47 (1.599)	(412) 91 -
Saldos de 31 de dezembro de 2020		1.287
Circulante Não circulante	- -	282 1.005

Em 2020 o contrato de locação do prédio administrativo foi cedido para a SPE 3R, o vencimento das prestações do passivo de arrendamento ocorrerá em 31 de dezembro de 2022.

27. Patrimônio Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da Companhia estava distribuído da seguinte forma:

Quantidade de ações

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total	Participação no capital social
Angel Fundo de Investimento em Part. Multiestratégia	26.515.575	13.550.097	40.065.672	93,6%
Outros	2.440.990	300.000	2.740.990	6,4%
	28.956.565	13.850.097	42.806.662	100%

Composição do capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da Companhia era de R\$ 327.267 dividido em 42.806.662 ações.

Em fevereiro de 2020 a Ônix adquiriu da Angel Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia 100% das ações da Companhia, diminuindo o capital social da Companhia em R\$ 687.

Em 31 de agosto de 2020, a Administração aprovou em Assembleia Geral da Companhia o grupamento de ações na proporção de 1/36. Dessa forma, o capital social permaneceu em R\$ 326.580, dividido em 1.189.074 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 09 de novembro de 2020 ocorreu a incorporação da 3R Participações S.A., empresa controlada pelo mesmo grupo econômico. Este evento aumentou o capital social da Companhia em R\$ 263.308, emitindo 60.741.863 ações ordinárias. Ato seguinte, houve o *Roll Up* das ações da DBO, antes sócia da SPE 3R, que neste movimento de incorporação passou a ser acionista da Companhia,

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

aumentando seu capital em R\$ 68.730 com a emissão de 14.716.262 novas ações ordinárias.

Na mesma data, a Administração aprovou o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 600.000, sendo R\$ 480.000 destinados a conta capital social e R\$ 120.000 destinados a conta de reserva de capital, com a emissão de 28.571.429 novas ações ordinárias em atendimento à oferta pública de ações (*Free float*).

Em 11 de dezembro de 2020, ocorreu o exercício integral da opção de ações suplementares oriundas da oferta pública de ações realizada pela Companhia em 13 de novembro de 2020, aumentando o capital social em R\$ 90.000 emitindo 4.285.714 novas ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia ficou assim distribuído:

Acionistas	Capital social	Quantidade de ações	Participação
FIP 3R	140.155	31.767.365	29,010%
FIP Esmeralda	103.759	23.517.759	21,477%
Starônix	325.991	1.189.074	1,086%
DBO	68.730	14.716.262	13,439%
Outros acionistas	589.983	38.313.282	34,988%
	1.228.618	109.504.342	100%

Ações em tesouraria

Ações em tesouraria compreendem o custo das ações detidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia detinha R\$ 118 em ações em tesouraria. Em setembro de 2020, essas ações foram canceladas.

Reservas de capital

Em 09 de novembro de 2020, a Administração da Companhia na aprovação do aumento de capital da Companhia, em atendimento à oferta pública de ações (*Free float*), no valor de R\$ 600.000, destinou R\$ 120.000 à conta de reserva de capital.

Os custos de transação incorridos para a realização da oferta pública de ações (*Free float*), no valor de (R\$ 55.759) foram registrados como reserva de capital para absorção do prêmio originado na subscrição de ações.

A Administração da Companhia decidiu destinar o saldo registrado nas reservas de capital para a absorção parcial dos prejuízos acumulados, sendo assim a Companhia em 31 de dezembro de 2020 deixou de possuir saldos em reservas de capital.

Ajuste acumulado de conversão

A Companhia registrou na rubrica "ajuste acumulado de conversão" o montante de R\$ 100.501 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 12.840 em 31 de dezembro de 2019), totalizando o saldo de R\$ 108.980 (R\$ 8.479 em 31 de dezembro de 2019).

Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê o percentual de 0,0001% como dividendo mínimo obrigatório. A distribuição dos lucros adicionais serão decididos pelos sócios após reunião de sócios-quotistas. Não houve distribuição de dividendo na Companhia em 2019 e 2020.

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

28. Segmentos operacionais

Segmentos operacionais são definidos como componentes de uma entidade para os quais as demonstrações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, a fim de alocar recursos na avaliação do desempenho dos gestores de determinado segmento. Mediante esta definição, a Companhia possui um único segmento operacional, na qual consiste em exploração e produção (E&P) de óleo e gás. Portanto, ela não apresentou informações segregadas.

29. Receita líquida

_	Control	adora	Consolidado		
_	2020	2019	2020	2019	
Receita bruta de óleo	-	-	234.873	12.281	
(-) Deduções da receita	<u> </u>		(62.989)	(2.659)	
Receita de óleo, líquida _		<u> </u>	171.884	9.622	
Receita bruta de gás	-	-	41.539	29.072	
(-) Deduções da receita	<u> </u>		(9.169)	(6.294)	
Receita de gás, líquida _	<u> </u>	-	32.370	22.778	
Receita líquida total		-	204.254	32.400	

A receita líquida consolidada da Companhia é oriunda dos campos de Pescada e Arabaiana e Polo Macau, sendo a Petrobras o único cliente.

30. Custo dos produtos vendidos

_	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custos de operação	-	-	(12.592)	(6.538)
Custos com manutenção e reparo	-	-	(862)	(278)
Royalty - petróleo e gás	-	-	(20.180)	(2.905)
Depreciação e amortização	-	-	(38.253)	(5.304)
Tratamento de água e energia elétrica	-	-	(12.064)	-
Serviços de terceiros	-	-	(16.459)	-
Seguro risco petróleo	-	-	(3.235)	-
Outros	<u> </u>	<u> </u>	(2.590)	(1.006)
_	<u>-</u>	<u> </u>	(106.235)	(16.031)

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

31. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Conso	lidado
	2020	2019	2020	2019
Honorários a diretores e conselheiros	(2.104)	(1.058)	(4.036)	(1.058)
Salários e encargos	(1.342)	(9.383)	(19.360)	(1.333)
Prêmio e bonificação atrelados ao OPA	-	-	(9.994)	-
Benefícios a funcionários	(97)	(1.113)	(2.051)	(1.367)
Aluguel e manutenção escritório	-	(417)	-	(538)
Serviços prestados por terceiros (a)	(1.915)	(974)	(12.387)	(7.770)
Depreciação e amortização	(141)	(1.203)	(1.380)	(1.929)
Provisão de contingências	711	(467)	457	(103)
Compartilhamento de custos (b)	973	10.026	-	-
Despesas tributárias	(816)	(170)	(2.840)	(13.605)
Ajustes de conversão - OPE	-	-	(429)	-
Outras despesas	(875)	(608)	(7.518)	(4.134)
	(5.606)	(5.367)	(59.538)	(43.877)

- (a) Refere-se principalmente a serviços de assessoria jurídica, consultorias e auditorias contábeis. Em 2020 a SPE 3R realizou a implementação de controle, gestão de normas e procedimentos de qualidade, meio ambiente e segurança de forma integrada, para atendimento aos regulamentos técnicos da ANP e gestão das normas regulamentadoras brasileiras no valor de R\$ 1.080.
- (b) No segundo trimestre de 2019 a Companhia adotou o compartilhamento de custos com suas controladas. Em função da reorganização societária, conforme nota explicativa 1, o compartilhamento de custos foi suspenso entre a Companhia e suas controladas em 2020, devendo ser retomado no exercício de 2021.

32. Outras despesas / receitas operacionais

_	Controladora		Consolidado	
_	2020	2019	2020	2019
Despesa com operador (a)	_	_	(42.838)	(18.965)
Devolução de concessão (b)	-	(1.576)	(42.636)	(23.095)
Ajuste na provisão de abandono - OPP	_	(1.570)	21.486	13.680
Ajustes de conversão - OPE	-	-	(5.803)	13.000
Compartilhamento de custos	-	11.038	-	-
Despesas com gastos exploratórios	-	(1.693)	-	(6.457)
Despesas com gastos com desenvolvimento	-	-	-	(1.809)
Outras despesas / receitas (c)	(1.666)	(53)	(16.923)	(1.182)
_	(1.666)	7.716	(44.078)	(37.828)

(a) Valor pago ao antigo controlador referente ao contrato de compra e venda da 3R OG, no valor de R\$ 29.454, prestação de contas da Petrobras, no valor de R\$ 7.323 e R\$ 6.061 referente a devolução dos blocos B-CAM-40, venda de Camarupim e outros.

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

- (b) Devolução de concessão de Parnaíba em maio de 2019 (Candeias).
- (c) Trata-se do registro da obrigação de fazer relativa ao acordo extrajudicial, no valor de R\$ 15.000, assinado pela OPE em 25 de agosto de 2020, conforme nota explicativa 21 e R\$ 1.188 referente a bloqueios judiciais realizados nos processos trabalhistas no qual a Companhia faz parte, sendo considerados de recuperação improvável.

32.1 (Perda) / reversão no valor recuperável de ativos

Contro	ladora	Consolidado	
2020	2019	2020	2019
-	-	(46.130)	31.709
-	-	· -	(453)
-	-	-	18.799
-	-	(113.505)	-
-	-	(7.120)	-
		(166.755)	50.055
	2020	2020 2019	2020 2019 2020 (46.130) (113.505) (7.120)

- (a) Impairment realizado na unidade geradora de caixa dos campos de Pescada e Arabaiana considerando redução da taxa de desconto para 7,59% a.a., atualização do preço do petróleo e gás conforme projeção divulgada pela Platts e ajuste no OPEX considerando a certificação das reservas concluída em 30 de junho de 2020 no valor de R\$ 46.130 utilizando técnica de fluxo de caixa descontado para determinação do valor em uso (reversão de impairment de R\$ 31.709 em 31 de dezembro de 2019).
- (b) As estimativas e premissas utilizadas pela Companhia, consideradas razoáveis pela Administração, indicaram a necessidade de constituição de provisão para perdas no montante de R\$ 453 em 2019. Foi constituída uma redução no valor recuperável de 100% do valor contábil devido a devolução do bloco.
- (c) O campo de Camarupim estava sem operação desde 2017 em função da expectativa da Companhia de recuperação do campo com base no valor em uso do exercício. Ativos da indústria de óleo e gás geralmente não são práticos para a determinação de seus valores justos, uma vez que não há mercado de negociação ativo e cada ativo possui características próprias. Em 2019, a OPE iniciou negociações com a Petrobras para uma potencial venda do campo de Camarupim. Os valores vinculados a oferta foram utilizados como base para a reversão do *impairment* no montante de R\$ 18.799. Em 30 de agosto de 2019, a transação foi assinada, e em 2020 esta transação foi fechada. Essa apuração do valor justo é considerada um valor justo nível 3 da hierarquia, pois não há input observável, apenas a oferta vinculativa de um terceiro. Se houvesse uma variação de 10% sobre a transação, a empresa teria um impacto de uma reversão de R\$ 1.879 a menor.
- (d) Impairment realizado na unidade geradora de caixa do campo de Camarão considerando redução na taxa de desconto para 7,59% a.a., 12 anos de produção a partir de 2023 e custos de desenvolvimento devido a uma sinergia com um campo produtor existente próximo a Camarão, resultando em uma redução ao valor recuperável de R\$ 113.505 utilizando a técnica de fluxo de caixa descontado para determinação do valor em uso.
- (e) *Impairment* efetuado na Fazenda Pinaúna, referente a um acordo extrajudicial, para encerrar o processo 0179509-24.2016.8.19.0001, onde a Fazenda Pinaúna foi avaliada pelo valor de R\$ 15.000, determinando um *impairment* de R\$ 7.120.

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

33. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicação financeira	223	188	8.103	4.605
Atualização de depósitos judiciais	3	1	3	386
Atualização monetária - debêntures	-	-	51.337	-
(-) Tributos	(12)	-	(2.747)	-
Ganhos com operações de hedge	-	-	14.151	-
Outras receitas financeiras	23	239	4.220	1.536
	237	428	75.067	6.527
Despesas financeiras Incremento de abandono	<u>-</u>	-	(6.621)	(14.931)
Juros - Partes relacionadas	_	(1.237)	(0.021)	(14.931)
Juros - Arrendamento	(6)	(32)	(98)	(32)
Juros - Debêntures	-	(02)	(61.807)	(02)
Atualização monetária - Debêntures	_	_	(28.392)	_
Perdas com operações de <i>hedge</i>	_	_	(52.768)	_
Variação cambial líquida (a)	(19.339)	_	(45.989)	(3.985)
Outras despesas financeiras	(13.333)	(3)	(8.670)	(429)
-	(19.404)	(1.272)	(204.345)	(19.377)
Resultado financeiro líquido	(19.167)	(844)	(129.728)	(12.850)

⁽a) Refere-se a variação cambial resultante da conversão dos valores das empresas OPP e OPE da moeda funcional dólar para a moeda de apresentação real, no valor de R\$ 24.622, conforme nota explicativa nº 4 e R\$ 21.367 referente à resultado de conversão de aplicação financeira não resgatada em fundo de investimento cambial aplicado pela Companhia conforme nota explicativa nº 9.1.

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

34.Lucro por ação

Cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para os potenciais ações ordinárias dilutivas. Não há diferença entre o cálculo de resultado por ação básico e diluído em virtude da inexistência de potenciais ações dilutivas.

	Control	adora	Consolidado		
	2020 2019		2020	2019	
Prejuízo do exercício	(223.652)	(31.966)	(276.530)	(31.966)	
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	16.244.556	1.189.074	16.244.556	1.189.074	
Resultado líquido básico e diluído por ação - R\$	(13,77)	(26,88)	(17,02)	(26,88)	

As 1.189.074 ações ordinárias nominativas referem-se ao grupamento das 42.806.662 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal na proporção de 1/36 conforme nota explicativa 27.

35.Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a) Classificação contábil e valores justos

Na medida do possível a Companhia usa dados observáveis de mercado para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo e são classificados considerando as entradas usadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma:

Nível 1	preços cotados (não ajustados) em mercados observáveis para ativos e passivos idênticos.
Nível 2	insumos, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente.
Nível 3	insumos para o ativo ou passivo que não estão baseados em dados de mercado observáveis (insumos não observáveis).

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo:

		Control	ndora	Consolidado	
	Nível	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros avaliados pelo custo amortizado	_				
Caixa e equivalentes de caixa	1	256.742	3.832	287.942	63.573
Aplicações financeiras	1	313.571	-	417.520	-
Contas a receber de clientes	-	-	-	44.671	3.536
Contas a receber com partes relacionadas	-	645	-	-	-
		570.958	3.832	750.133	67.109
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado					
Fornecedores	-	1.581	148	22.445	778
Debêntures	-	-	-	632.785	-
Partes relacionadas	-	-	41.526	-	-
Obrigações com operador	-	1.676	1.697	896	2.678
Outras obrigações	-	1.864	11_	24.922	15.072
		5.121	43.382	681.048	18.528
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado					
Derivativos	2	-	-	34.349	-
		-	-	34.349	-

Os ativos e passivos financeiro mensurados ao custo amortizado apresentados acima possuem os seus valores similares aos valores justos devido às suas características, com exceção das debêntures. O valor justo das debêntures em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 892.179 (nível 2).

No quarto trimestre de 2020, em cumprimento da Política de Hedge da Companhia, exigida pelo seu principal credor, a Administração realizou operações de hedge para parte de sua produção dos próximos 12 meses. Um preço médio de US\$ 45 por barril foi obtido com os *Non-Deliverable Forward* ("NDF"), e um piso de US\$ 35 por barril para as PUTs e um teto de US\$ 46 por barril para as CALLs.

Em 31 de dezembro de 2020, os contratos oferecem cobertura para 1.075 mil barris que se espera que sejam vendidos nos próximos 12 meses.

		Valor justo registrado			
		em			
Instrumento	Quantidade	2020	2019		
NDFs	525.000	(17.338)	-		
Collars	550.000	(17.011)			
Total	1.075.000	(34.349)	-		

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de derivativos abaixo refere-se a operações de NDF para proteção contra a oscilação de preços do petróleo (*Brent*).

				Valor de re (Nocio		Valor ju posição ND de N	F vendida	Provisão para posição líquid justo	la ao valor
	Instrumento	Quantidade (barris)	Vigência	2020	2019	2020	2019	2020	2019
04/01/2021	NDF Itaú 01	40.000	04/01/2021	8.784		10.441	-	(1.657)	-
01/02/2021	NDF Itaú 02	50.000	01/02/2021	11.251	-	13.394	-	(2.143)	=
01/03/2021	NDF Itaú 03	50.000	01/03/2021	11.274	-	13.388	-	(2.114)	=
01/04/2021	NDF Itaú 04	45.000	04/01/2021	10.382	-	12.036	-	(1.654)	-
03/05/2021	NDF Itaú 05	45.000	01/02/2021	10.411	-	12.008	-	(1.597)	=
01/06/2021	NDF Itaú 06	35.000	01/03/2021	7.961	-	9.306	-	(1.345)	-
01/07/2021	NDF Itaú 07	35.000	01/04/2021	7.996	-	9.274	-	(1.277)	=
02/08/2021	NDF Itaú 08	35.000	03/05/2021	8.016	-	9.242	-	(1.226)	-
01/09/2021	NDF Itaú 09	35.000	01/06/2021	8.019	-	9.208	-	(1.190)	-
01/10/2021	NDF Itaú 10	35.000	01/07/2021	8.036	-	9.176	-	(1.140)	=
01/12/2021	NDF Itaú 11	40.000	02/08/2021	9.567	-	10.414	-	(847)	-
03/01/2022	NDF Itaú 12	80.000	01/09/2021	19.603		20.751	-	(1.148)	
	Total	525.000		121.300		138.638	-	(17.338)	-

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de derivativos abaixo refere-se a operações com opções e *collars* sem custo, para proteção das oscilações do preço do petróleo (Brent).

				opções de	opções de VENDA, opçõ		to das COMPRA, endidas	Provisão pa na posição lí valor ju	quida ao
	Instrumento	Quantidade (barris)	Vigência	2020	2019	2020	2020	2020	2019
01/04/2021	Collar 01	43.000	01/04/2021	64	-	(1.351)	-	(1.287)	-
03/05/2021	Collar 02	44.000	03/05/2021	109	-	(1.442)	-	(1.333)	-
01/06/2021	Collar 03	44.000	01/06/2021	154	-	(1.473)	-	(1.319)	-
01/07/2021	Collar 04	44.000	01/07/2021	201	=	(1.511)	-	(1.310)	=
02/08/2021	Collar 05	44.000	02/08/2021	222	=	(1.590)	-	(1.368)	=
01/09/2021	Collar 06	44.000	01/09/2021	239	-	(1.617)	-	(1.378)	-
01/10/2021	Collar 07	43.000	01/10/2021	241	=	(1.626)	-	(1.385)	=
01/11/2021	Collar 08	80.000	01/11/2021	636	=	(3.620)	-	(2.984)	=
01/12/2021	Collar 09	80.000	01/12/2021	719	-	(2.761)	-	(2.042)	-
04/01/2021	Collar 10	23.000	04/01/2021	-	-	(618)	-	(618)	-
01/02/2021	Collar 11	28.000	01/02/2021	-	=	(937)	-	(937)	=
01/03/2021	Collar 12	33.000	01/03/2021	17	-	(1.067)	-	(1.050)	-
	Total	550.000		2.602	_	(19.613)		(17.011)	

b) Gerenciamento dos riscos financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

i. Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

ii. Risco de crédito

O risco refere-se principalmente às disponibilidades e às contas a receber da Companhia. Todas as operações são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, minimizando seus riscos. A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. As vendas da Companhia estão concentradas, substancialmente, na Petrobras, classificada Baa2, BB- pela *Mody's Standar & Poor's* e *Fitch* respectivamente. Sendo assim, a Administração considera que o risco de inadimplência dos seus créditos é baixo, uma vez que, a Companhia fornece insumo básico para o negócio do seu único cliente (Petrobras).

iii. Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AAe AA+, baseado na agência de rating de crédito.

iv. Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade de a Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020. Esses valores são brutos e não-descontados e incluem pagamentos de juros contratuais:

		2019						
	Controladora							
	Valor Contábil	Até 1 ano	> 1 a 3 anos	> 3 a 5 anos	> 5 anos			
Passivos financeiros								
Fornecedores	148	148	-	-				
Partes relacionadas	41.526	-	41.526	-				
Outras obrigações	11	11	-	-				
			Consolidado					
	Valor Contábil	Até 1 ano	> 1 a 3 anos	> 3 a 5 anos	> 5 anos			
Passivos financeiros								
Fornecedores	778	778	-	-				
Outras obrigações	15.072	15.072	-	-				
		2020						
	-		Controladora					
	Valor Contábil	Até 1 ano	> 1 a 3 anos	> 3 a 5 anos	> 5 anos			
Passivos financeiros								
Fornecedores	1.581	1.581	-	-				
Outras obrigações	1.864	81	1.783	-				
	Consolidado							
	Valor Contábil	Até 1 ano	> 1 a 3 anos	> 3 a 5 anos	> 5 anos			
Passivos financeiros								
Fornecedores	22.445	22.445	-	-				
Debêntures	632.785	9.566	623.219	-				
Derivativos	34.349	34.349	-	-				
Outras obrigações	24.922	15.494	9.428	_				

v. Riscos de mercado

São possíveis mudanças nos preços do mercado que podem afetar os fluxos de caixas futuros e/ou o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia.

Os riscos do mercado são:

- Riscos de taxa de juros;
- Riscos de moeda (taxa de câmbio); e
- Outros riscos de preços.

vi. Risco de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa das flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos captados.

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

vii. Risco de moeda

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados. O quadro abaixo demonstra a exposição cambial líquida:

	Consolidado			
	2020	2019		
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	185.943	-		
Aplicações financeiras	298.038	-		
Passivos				
Derivativos	(34.349)	-		
Debêntures	(684.812)	-		
Total da exposição cambial líquida	(235.180)			

viii. Análise de Sensibilidade

A Companhia e suas controladas devem apresentar uma análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a mesma esteja exposta.

Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real e USD, contra todas as outras moedas em 31 de dezembro, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

	Consolidado							
Ativo	Risco	2020	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)			
Caixa e equivalentes de caixa - USD	Desvalorização do dólar	185.943	184.272	230.340	276.408			
Aplicações financeiras - USD	Desvalorização do dólar	298.038	295.360	369.200	443.040			
Passivo	_							
Derivativos	Valorização do dólar	(34.349)	(34.040)	(42.551)	(51.061)			
Debêntures	Valorização do dólar	(684.812)	(678.658)	(848.322)	(1.017.987)			
Total da exposição líquida	-	(235.180)	(233.066)	(291.333)	(349.600)			

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, considerou-se no cenário provável a projeção de taxa média de câmbio divulgada no relatório FOCUS emitido pelo BACEN para o período findo em 31 de dezembro de 2020 (US\$ 1/R\$ 5,15). No cenário I esta projeção foi majorada em 25% e no cenário II a projeção foi majorada em 50%, ambas em relação ao cenário provável. Em 31 de dezembro de 2019 não houve impactos nos cenários demonstrados acima para aplicações financeiras, derivativos e debêntures.

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

ix. Outros riscos de preço

Os riscos de preços para a Companhia são provenientes da variação dos preços do petróleo. As operações com derivativos tiveram como objetivo exclusivo a proteção dos resultados esperados de transações comerciais de curto prazo (até 12 meses).

A tabela de sensibilidade abaixo diz respeito a uma variação no preço do Brent e o efeito no Patrimônio Líquido da marcação a mercado e liquidação dos contratos de NDF e *Collars* em três cenários: (i) Cenário Provável considerando os últimos preços de fechamento no mercado dos contratos futuros em aberto; (ii) Cenário II, considerando valorização de 25% sobre os preços do Cenário I; e (iii) Cenário III, considerando valorização de 50% sobre os preços do Cenário I.

Passivo	Risco	2020	Cenário Provável	Cenário possível (I) (∆ 25%)	Cenário remoto (II) (∆50%)
Derivativos	Desvalorização do <i>Brent</i>	(34.349)	(35.658)	(74.897)	(114.137)
Total da exposição líquida		(34.349)	(35.658)	(74.897)	(114.137)

36. Demonstração do fluxo de caixa (Consolidado)

Abaixo estão demonstradas movimentações das atividades de financiamentos que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa e, portanto, foram excluídas das demonstrações dos fluxos de caixa nos exercícios nessas rubricas.

Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

		atividades de financiamento		ltens o			
	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Ingressos	Juros pagos	Juros apropriados	Atualização monetária	Custos de transação apropriados	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Debêntures BTG	-	707.209	(61.107)	61.655	(22.945)	-	684.812
(-) Custos de transação	<u>-</u> _	(58.899)	-			6.872	(52.027)
Total		648.310	(61.107)	61.655	(22.945)	6.872	632.785
		Fluxo de caixa o					

Fluxo de caixa das

financiamento

	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Aporte de capital por meio de Oferta Pública de Ações ("OPA")	Redução de Capital	Aumento de capital por meio da Incorporação da 3R Participações	Aumento de capital por meio de Roll up do acionista DBO	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Capital social	327.267	570.000	(687)	263.308	68.730	1.228.618
Total	327.267	570.000	(687)	263.308	68.730	1.228.618

Itens que não afetam caixa

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

37. Contrato de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Administração da Companhia entende que o montante segurado é suficiente para cobrir todos os riscos eventualmente existentes.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Importância	Prazo de
Seguros/Modalidades (em milhões)	segurada	vencimento
Responsabilidade civil	US\$ 25.000	28.02.2021
Risco Operação	US\$ 121.277	28.02.2021
Custos com operador	US\$ 25.000	28.02.2021
Responsabilidade civil / diretores /		
acionistas	R\$ 40.000	18.02.2021
Responsabilidade civil / diretores /		
acionistas – SPE 3R	R\$ 60.000	03.11.2021
Responsabilidade civil - SPE 3R	R\$ 40.000	24.04.2021
Risco Operação - SPE 3R	R\$ 50.000	26.11.2021

38. Compromissos assumidos

Abaixo apresentam-se compromissos assumidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2020.

- a) Parcela referente à restituições de tributos federais: Pagamento contingente atrelado a eventuais e futuras restituições de Imposto de Renda de Pessoas Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, referente a processos específicos da Companhia os quais totalizam aproximadamente R\$ 6.000.
- b) Parcela *Gross Overriding Royalties*: Pagamento contingente de 3% sobre a receita bruta auferida pela Companhia decorrente do desenvolvimento de blocos exploratórios específicos da Companhia, caso este ocorra durante período de no máximo 10 anos;
- c) Parcela de *Earn Out*: Pagamento contingente atrelado à potencial aferimento de lucro tributável pela da OPE, Candeias e 3R OG.
- d) Em 14 de agosto de 2020, a SPE FZB firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos campos terrestres (onshore) de Fazenda Belém e Icapuí, o Polo Fazenda Belém, na bacia Potiguar, no Ceará. O valor da aquisição é de US\$ 35,2 milhões. Desse montante, US\$ 8,8 milhões (R\$ 49 milhões) foram pagos no dia da assinatura em 14 de agosto de 2020 e outros US\$ 16,4 milhões serão quitados mediante fechamento da transação. Por fim, US\$ 10 milhões serão pagos em doze meses após a conclusão da transação.
- e) Em 21 de agosto de 2020 a SPE RV firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos 8 campos terrestres (onshore) do Polo Rio Ventura na bacia Recôncavo na Bahia. O valor da aquisição é de US\$ 94,2 milhões, sendo (i) US\$ 3,8 milhões (R\$ 22 milhões) pagos no dia da assinatura, em 21 de agosto de 2020; (ii) US\$ 31,2 milhões no fechamento da transação; (iii) US\$ 16 milhões que serão pagos em trinta meses após o fechamento da transação; e (iv) US\$ 43,2 milhões em pagamentos contingentes previstos em contrato, atrelados à recuperação do preço de referência do óleo (Brent).

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

- f) Em 17 de dezembro de 2020 a controlada Candeias assinou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras em 14 campos terrestres de produção, denominados Polo Recôncavo, localizados no Estado da Bahia. O valor total da transação é de US\$ 250 milhões, sendo (i) US\$ 10 milhões pagos em dezembro de 2020; e (ii) US\$ 240 milhões no fechamento da transação, ainda sujeito ao cumprimento de condições precedentes, tais como a aprovação pela ANP.
- g) Em 09 de julho de 2020 a controlada OPP firmou contrato para a aquisição de 65% de participação da Petrobras nos campos de Pescada, Arabaiana e Dentão. O valor de venda da transação foi de US\$ 1.500 (um milhão e quinhentos mil dólares americanos), a ser pago em duas parcelas, sendo US\$ 300 (trezentos mil dólares americanos) na assinatura do contrato e US\$ 1.200 (um milhão e duzentos mil dólares americanos) no fechamento da transação, sem considerar os ajustes acordados calculados a partir do *effective date* (1º de janeiro de 2020).

39.COVID-19

A Companhia, apoiada nas recomendações da Organização Mundial de Saúde ("OMS") e do Ministério da Saúde, anunciou providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas administrativas; por meio da operacionalização do regime de trabalho em casa (home office), provendo toda estrutura necessária aos colaboradores para eficiência do modelo implantado, assim como total suporte do departamento de recursos humanos na avaliação da saúde mental dos colaboradores no decorrer do período. Nas áreas operacional, quando a implantação do regime home office se mostrou impraticável, foi estabelecido plano com rigorosa higienização dos locais de trabalho e distribuição de equipamentos de proteção individual (EPIs).

Mesmo com o cenário atípico e desafiador ocasionado pela pandemia do COVID-19, não houve impactos relevantes nas operações. Nossas vendas de gás são realizadas de acordo com um contrato de preço fixo, que não foi impactado pela pandemia, tendo em vista, principalmente, que as vendas de gás independem das mudanças no preço do petróleo. Isso mitiga riscos de mercado e protege a geração de caixa da companhia. Com respeito à venda de petróleo houve um impacto significativo considerando que os preços do petróleo caíram a níveis abaixo de US\$30 por barril em abril e maio. Apesar do impacto na receita derivada do petróleo, a OP Pescada registrou um aumento na receita líquida em comparação com o mesmo período de 2019; isso se deve a níveis mais altos de produção, pela depreciação do real frente ao dólar e o contrato de preço fixo do gás.

Cumpre ressaltar que a companhia não teve qualquer evento de demissão ou realocação de qualquer colaborador por conta do contexto apresentado.

Com relação à segurança de seus funcionários, a companhia avalia constantemente as melhores práticas para assegurar sua segurança, estando sempre alinhada às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde. A companhia anunciou providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas, que incluíram:

- Alteração de trabalho presencial para a modalidade de home-office, quando possível.
- Quarentena, monitoramento da saúde e testagem
- Checagem geral realizada por profissional de saúde nas unidades de produção
- Uso de máscaras e álcool gel nas unidades de produção
- Campanhas de conscientização através dos meios de comunicação utilizados nas unidades de produção
- Medidas para evitar aglomeração nas unidades de produção

As medidas adotadas pela administração, que estão em constante reavaliação, buscam manter a qualidade operacional e a segurança e bem-estar dos nossos colaboradores, fornecedores e clientes e

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

da sociedade como um todo, estando alinhados com as medidas determinadas pelas autoridades públicas. A companhia irá continuar atuando de maneira a preservar a saúde de todos, sempre vigilantes e prontos a fazer correções de rumo conforme a evolução da situação.

40. Eventos subsequentes

Mudança nas participações

Em 6 de janeiro de 2021 o BTG Pactual alienou ações ordinárias de emissão da Companhia e sua participação passou a ser aproximadamente 4,63% do total de ações ordinárias emitidas pela Companhia.

Em 12 de janeiro de 2021 o BTG Pactual e o FIP 3R alteraram suas participações acionárias na Companhia. O BTG Pactual passu a deter o equivalente a 9,16% do total de ações ordinárias emitidas pela 3R OG e o FIP 3R passou a deter o equivalente a 24,21% do total de ações ordinárias da 3R OG.

Em 27 de janeiro de 2021 a DBO transferiu à RWE 13.144.546 ações ordinárias de emissão da Companhia. Dessa forma, a RWEST Participações Ltda., empresa alemã focada em energia, com mais de 120 anos de história e valor de mercado de aproximadamente R\$ 150 bilhões, tornou-se acionista da Companhia, com uma participação equivalente a 12% do total de ações ordinárias emitidas por esta, enquanto a DBO passou a deter participação equivalente a 1,44%.

Aprovação da ANP de 65% de Pescada e Arabaiana

Em 14 de janeiro de 2021 a diretoria da ANP aprovou a cessão da totalidade da participação da Petrobras para a OPP nos Contratos de Concessão nº 48000.003912/97-84 (Pescada), nº 48000.003913/97- 47(Arabaiana) e nº 48000.003907/97-44 (Dentão), sujeita à condições precedentes.

Aumento de Capital na OPE

Em 28 de janeiro de 2021, a Companhia aprovou o aumento de capital da OPE, no montante total de R\$ 13.456, mediante a emissão de 13.456.000 quotas, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, todas subscritas pela Companhia.

Aquisição do Polo Peroá

A Companhia assinou em 29 de janeiro de 2021, através da OPE, subsidiária integral da Companhia, contrato para a aquisição de 50% da participação da Petrobras nos campos de produção de Peroá e Cangoá e BM-ES-21 (Plano de Avaliação de Descoberta de Malombe), denominados conjuntamente Polo Peroá, localizado na Bacia do Espírito Santo. Atualmente a Petrobras é operadora do ativo com 100% de participação e, após a conclusão da transação, a OPE tornar-se-á operadora dos campos em consórcio com a DBO, cuja participação será de 50% do Polo. O valor total da transação é de US\$ 55 milhões, sendo (i) US\$ 5 milhões pagos na presente data; (ii) US\$ 7,5 milhões no fechamento da transação; e (iii) US\$ 42,5 milhões em pagamentos contingentes previstos em contrato, sendo 50% do valor a ser horando pela 3R e 50% pela DBO. Os valores não consideram eventuais ajustes e correções até o fechamento da transação. Os pagamentos contingentes dividem-se em: (a) US\$ 20 milhões a serem pagos caso ocorra a declaração de comercialidade do campo de Malombe, (b) US\$ 12,5 milhões a serem pagos caso o Brent alcance US\$ 48 na média de 12 meses a qualquer tempo a partir da data do closing da operação, e (b.1) a renovação dos contratos de concessão dos campos ou (b.2) a ocorrência da hipótese (a) acima; e (c) US\$ 10 milhões se o Brent alcançar US\$ 58 na média acima detalhada. Os campos de Peroá e Cangoá estão localizados em águas rasas e registraram produção em novembro de 2020 de aproximadamente 900 mil m³/dia de gás natural $(\sim 5.600 \text{ boe/d}).$

Relatório anual contendo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Oferta pública subsequente de ações (Follow on)

Em 02 de março de 2021 a Companhia engajou o BTG, a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., o Banco Itaú BBA S.A., o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. e a Genial Investimentos Corretora de Valores Mobiliários S.A. para a prestação de serviços de assessoria financeira no âmbito de uma potencial oferta pública subsequente de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames de emissão da Companhia ("Ações" e "Potencial Oferta", respectivamente).

Ressalta-se que, até o momento, a Companhia não definiu e ou aprovou formalmente a efetiva realização da Potencial Oferta, seus termos e condições, ou quaisquer outras possíveis operações para a emissão das Ações e, portanto, nesta data, não está sendo realizada qualquer oferta pública de distribuição das Ações no Brasil, nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos") ou em qualquer outra jurisdição. A Potencial Oferta estará sujeita, ainda, às condições dos mercados de capitais brasileiro e internacional e à aprovação societária da Companhia. Caso venha a ser realizada, a Potencial Oferta será conduzida em conformidade com a legislação e a regulamentação aplicáveis.

Parceria com a DBO – aquisição ativos offshore

Em 05 de março de 2021 a Companhia, através de sua subsidiária integral OPE, assinou instrumento contratual com a DBO, cujo objeto é a construção de uma parceria para potenciais aquisições de ativos *offshore* no Brasil que compreendam concessões de produção existentes, em fase de desenvolvimento ou de produção. A eficácia de tal instrumento está sujeita ao atingimento de determinadas condições precedentes.

Ao final da transação, a 3R OG permanecerá controladora da OPE, enquanto a DBO será uma acionista minoritária. A OPE passará a ser detentora de 100% dos direitos adquiridos no Polo Peroá (que contempla os campos Cangoá, Peroá e Malombe, na Bacia do Espírito Santo) e potencialmente de outros ativos que venham a ser adquiridos. Cabe ressaltar que a OPE está habilitada a ser operador "A" perante a ANP, podendo operar blocos e concessões em terra (onshore) e em mar (offshore), inclusive em águas ultra profundas.

Ricardo Rodrigues Savini

Diretor-Presidente

Rodrigo Pizarro Lavalle da Silva

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Mauro Braz Rocha

Controller

Wagner Pinto Medeiros

Gerente de Contabilidade

Domingues e Pinho Contadores Ltda

CRC/RJ 001137/O-0

Luciana dos Santos Uchôa

CRC/RJ 081003/O-8